



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA – UEPB
ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS
INTERDISCIPLINARES**

DÂNYA MARIA LIMA MENDES

**A INCLUSÃO DOS ALUNOS ESPECIAIS NA PRÁTICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NAS
ESCOLAS (SOUSA-PB)**

**CATOLÉ DO ROCHA - PB
2014**

DÂNYA MARIA LIMA MENDES

**A INCLUSÃO DOS ALUNOS ESPECIAIS NA PRÁTICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NAS
ESCOLAS (SOUSA-PB)**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Orientador: Prof. Edivan Nunes.

CATOLÉ DO ROCHA - PB
2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

M538i Mendes, Dânya Maria Lima.

A inclusão dos alunos especiais na prática da educação física nas escolas (Sousa-PB) [manuscrito] / Dânya Maria Lima Mendes. - 2014.

50 p. : il. color.

Digitado.

Monografia (Teoria da História e Metodologia do Ensino da História EAD) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, 2014.

"Orientação: Prof. Dr. Edivan Silva Nunes Júnior, PROEAD".

1. Educação física. 2. Inclusão. 3. Professor. 4. Sociedade.
I. Título.

21. ed. CDD 302.14

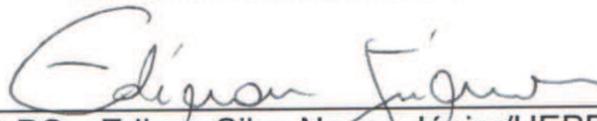
DÂNYA MARIA LIMA MENDES

A INCLUSÃO DOS ALUNOS ESPECIAIS NA PRÁTICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NAS ESCOLAS (SOUSA-PB)

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Data de aprovação: 06 / 12 / 2014

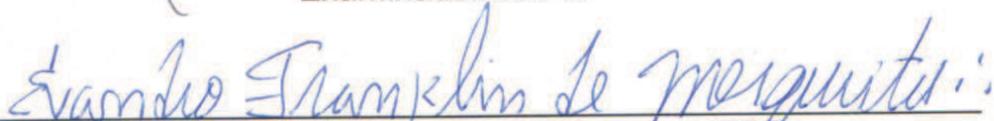
BANCA EXAMINADORA



Profº. DSc. Edivan Silva Nunes Júnior/UEPB
Orientador



Profº Msc. Rômulo Cesar Araújo Lima /UEPB
Examinador/UEPB



Profª DSc. Evandro Franklin Mesquita/UEPB
Examinador/UEPB

AGRADECIMENTOS

À **Deus** senhor do universo, por me permitir alcançar mais uma meta na minha vida;

À minha **família**, pelo apoio, atenção, carinho e compreensão nos momentos de ausência;

À Universidade Estadual da Paraíba e à Secretaria de Educação de Estado da Paraíba pela oferta do curso;

À coordenação do curso de Especialização em Fundamentos da Educação: práticas pedagógicas interdisciplinares, pelo apoio recebido;

Ao professor orientador Edivan Nunes, pela orientação, cordialidade e dedicação;

Aos professores do referido curso, que muito contribuíram para que eu pudesse concluir mais essa etapa acadêmica;

Aos amigos, colegas e a todos aqueles que colaboram direta ou indiretamente para a concretização deste trabalho.

Enfim, a todos aqueles que acreditaram em mim, os meus mais sinceros votos de agradecimentos.

Ao meu companheiro e meus filhos, pelo incentivo e gratidão que são atribuídos a mim, com cada um de vós, partilho com grande esmero e alegria desta conquista pela qual sublimemente a todos vocês, **DEDICO.**

”Inclusão significa promover e reconhecer o potencial inerente a todo ser humano em sua maior expressão: a diferença.”.

Francisco Gonçalves

RESUMO

O presente estuda e investiga a temática da inclusão/integração de crianças com necessidades especiais a partir do discurso dos professores de educação física da rede regular de ensino. A coleta de informações se desenvolve nas escolas do ensino regular estadual de Sousa com ajuda das informações obtidas pela coordenadoria de educação, bem como visitação pessoal as escolas que fizeram necessários. O principal objetivo é promover a inclusão dos alunos portadores de necessidades educativas especiais na prática de educação física ampliando as suas capacidades e reconhecendo as necessidades individuais de cada um, numa perspectiva da educação inclusiva sem prejudicar o desenvolvimento do aluno. Segundo Ceccon (1993, p.23),... A escola está dentro da sociedade, quando mexemos na sociedade. Acredita-se que, a partir da escola inclusiva haverá uma maior aceitação das crianças com necessidades especiais pela sociedade, não se pode mais ignorar a urgência de universalização da cidadania, que por sua vez, requer uma nova ética e, por conseguinte, uma escola de educação e cidadania para todos. A construção de uma sociedade inclusiva é um processo de fundamental importância para o desenvolvimento e a manutenção de um Estado democrática. Entende-se por inclusão a garantia, a todos, do acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade, sociedade essa que deve estar orientada por relações de acolhimento à diversidade humana, de aceitação das diferenças individuais de esforço coletivo na equiparação de oportunidades de desenvolvimento, com qualidade, em todas as dimensões da vida.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Física. Inclusão. Professor. Sociedade.

ABSTRACT

The present studies and investigates the issue of inclusion / integration of children with special needs from the discourse of physical education teachers in regular schools. The collection of information is developed in regular state schools teaching Sousa with the help of information obtained by the coordination office of education as well as personal visits schools that were necessary. The main objective is to promote the inclusion of students with special educational needs in physical education broadening their skills and recognizing the individual needs of each perspective of inclusive education without affecting the development of the student. According Ceccon (1993, p.23) ... The school is within society, When we move in society. "It is believed that from the inclusive school there will be a greater acceptance of children with special needs by society, we can no longer ignore the urgency of universal citizenship, which in turn requires a new ethics and therefore one school education and citizenship for all. Building an inclusive society is a process of fundamental importance for the development and maintenance of a democratic state. It is understood by ensuring inclusion at all, the continuous access to the common area of society, this society should be guided by the host relations to human diversity, acceptance of individual differences in collective effort of the equalization of opportunities for development with quality in all dimensions of life.

KEY-WORDS: Inclusion. Physical Education. Teacher. Society.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 A EDUCAÇÃO FÍSICA E A INCLUSÃO ESCOLAR	17
1.1 O Modelo da Inclusão Escolar: causas e consequências	17
1.2 A Educação Física como disciplina e sua contribuição na formação dos alunos	24
1.3 O papel dos jogos na educação física escolar e na evolução da inclusão.....	27
2 METODOLOGIA	31
2.1 Caracterização da Pesquisa.....	31
2.2 A inclusão dos alunos especiais nas aulas práticas de Educação Física.....	32
2.3 O papel do Professor Inclusivo: motivação x realidade	43
3 CONCLUSÃO	47
4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	49

INTRODUÇÃO

Ao longo da história, as pessoas com necessidades especiais foram nomeadas como doentes incapazes e sempre estiveram em situação de desvantagem, ocupando num imaginário coletivo a posição de alvo da piedade popular e da assistência social, e não de sujeitos de direitos sociais, entre os quais se incluem à educação física e aos esportes.

Crianças com necessidades especiais possuem direito à educação. A legislação atual e vigente prediz que estas crianças devem estar preferencialmente incluídas na escola regular. E devem ter direito e acesso às práticas de educação física, como: dança, jogos, esportes, ginásticas e lutas.

O processo inclusivo vem ganhando grande importância nas escolas de todo Brasil, isso é uma realidade da qual não podemos nos deixar perder. A marcante central de esse projeto estar em garantir aos alunos um saber que seja igualitário e para todos. Porém a maioria das instituições hoje está lotada de alunos especiais sendo tratados de forma discriminatória e eliminadora.

Será que a escola está realmente preparada para a inclusão de todos os alunos respeitando as suas limitações e contemplando as suas habilidades? Esses são algumas perguntas que se busca responder ao decorrer desta pesquisa, com a intenção de possibilitar a discussão desse tema tão importante para toda comunidade escolar. Justificando-se pela necessidade de analisar as dificuldades enfrentadas pelos alunos especiais quando participam das aulas práticas de Educação Física, e como o professor tem agido diante os novos desafios de inclusão que se fazem tão presentes no âmbito escolar e na própria sociedade.

A escolha desta temática foi fortemente induzida pelas observações ao decorrer dos momentos de estágio nas escolas, mas precisamente nas aulas práticas do Professor de Educação Física, onde se percebe uma enorme diferença de tratamento entre os alunos com necessidades educativas especiais e os alunos nomeados “normais”.

Isso não quer dizer que os professores não queiram trabalhar o todo, mas, nos parece que existe uma contradição entre o fazer pedagógico desse professor e do professor do atendimento especializado e isso acaba deixando os alunos de fora do contexto prático da disciplina. Assim, o professor de Educação Física, acaba sempre dependendo do apoio especializado e muitas vezes nem se interessa em tentar se comunicar com o seu aluno com necessidades educativas especiais.

O estudo realizado foi desenvolvido junto aos professores de educação física da

Educação Básica da Rede Estadual de Ensino de Sousa-PB. Trata-se de uma pesquisa com dados quantitativos e qualitativos, de caráter descritivo, baseada no materialismo histórico-dialético, cujo objetivo principal era compreender como vem se delineando a inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais nas aulas dos professores de educação física na rede pública de ensino do referido município. O estudo visa analisar de que forma o professor de Educação Física tem induzido os alunos nas atividades práticas em suas aulas, ou seja, como são efetivadas as ações voltadas para a inclusão dos alunos especiais e quais os fatores que influenciam nesse trabalho pedagógico.

Desse modo, o tema da pesquisa será: “*A INCLUSÃO DOS ALUNOS ESPECIAIS NA PRÁTICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NAS ESCOLAS*”, tendo como linha de pesquisa Educação Física e Escola, por entender que ele pode ser passivo de muitas relações onde o professor de Educação Física possa ver-se dentro do processo pedagógico com todas as suas dificuldades e especificidades que neste caso são os alunos com necessidades educativas especiais.

Assim, temos como objetivo principal desta pesquisa propor uma análise sobre a inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais nas aulas práticas do professor de Educação Física, sendo que nem sempre a esse aluno é garantido o direito de uma educação de qualidade. Sabemos que muitas dessas questões estão ligadas a falta de incentivo, compromisso, e preparo da escola para que esse efetive o processo inclusivo, o que aumenta a exclusão que está presente nas aulas e são impulsionados por muitas formas de discriminação, abandono e descaso, presentes no contexto escolar.

Por meio deste procuramos ainda verificar as atividades desenvolvidas que o professor adota como referência, o programa de Educação Física adaptada, a ludicidade, o jogo, ou seja, se a escola está buscando de todas as formas uma educação que garanta os direitos dos alunos especiais que estão na escola não para fazer número, mas para aprender com um ensino igualitário que sirva para a vida toda.

Neste sentido, é importante observar se as atividades desenvolvidas nas aulas de Educação Física voltam-se aos atendidos alunos. Pois muitas vezes esse aluno fica na quadra de esportes da escola sem que lhe seja dada a oportunidade de interagir com os demais colegas e isso faz com que o ensino não seja para todos, mas sim para uma parte da turma. Por isso, procuramos Identificar as dificuldades encontradas pelo professor na perspectiva de inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais, propondo uma educação lúdica que contemple a participação dos alunos especiais na aula de forma efetiva e participativa. O objetivo é abriremos um olhar

diferenciado para o processo inclusivo de forma que cada um sinta-se responsável pelo bom andamento da aprendizagem escolar e que essas crianças deixem de ser apenas mais ‘um’ nesse processo desumano e ineficaz que vemos hoje na escola.

A contribuição deste estudo está alicerçada no sentido do repensar de nossas práticas, as quais devem estar voltadas as necessidades dos alunos com problemas de integração, e devem acontecer por meio da realidade de cada escola, a pesquisa nos permite compreender de forma mais aprofundada, percebendo os avanços, retrocessos e limites impostos para os professores de educação física com relação a inclusão dos alunos especiais nas turmas regulares.

Dessa forma a problemática visa considerar *De que forma a prática do professor influencia na inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais?* A finalidade é despertar no professor momentos de reflexão e ao mesmo tempo sugerir propostas inovadoras que diminuam as desigualdades em sala de aula dando oportunidade a todos os alunos de serem incluídos no processo de ensino.

Portanto, o trabalho prático na educação física pode ser realizado por meio de jogos, pois permite ao aluno reinventar alguns conceitos e valores que antes não era bem assimilado no processo de aprendizagem. Essas atividades com uso dos jogos estimulam e resgatam as possibilidades de tomadas de decisões, de resolver problemas, de se relacionar melhor com os colegas, de trocar experiências estimuladas em alguns momentos pela curiosidade ou vontade de vencer.

Diante desta situação, para conhecermos a realidade da escola a metodologia utilizada para verificação será o questionário aberto, com perguntas voltadas para o fazer prático do professor buscando saber como os alunos são contemplados com a proposta de ensino da escola para as aulas práticas de Educação Física. Acrescenta-se que os professores pesquisados atendem uma quantidade muito grande de alunos tendo inúmeras turmas para serem trabalhadas durante a semana.

A coleta de informações foi desenvolvida nas escolas do ensino regular da rede pública de Sousa com a ajuda das informações obtidas pela coordenadoria de educação, bem como a visitação nas escolas que fizeram necessário.

Analisando os dados coletados na escola é necessário destacar que se trata das escolas da rede pública de ensino, que atende alunos carentes, onde sua rotina está muito vinculada às aulas teóricas de Educação Física, que faz com que os alunos especiais ainda sintam-se pouco a vontade para participarem junto aos demais da turma em atividades práticas. Isso acontece

porque antes os alunos com necessidades especiais eram deixados de lado sendo atendidos nas práticas da quadra apenas aqueles ditos “normais”.

Mas essa realidade começa ainda que timidamente a mudar na maioria das escolas, que já começam a perceber que o aluno apenas tem certa limitação que pode ser vencida com boa vontade e participação ativa de todos os atores da escola: diretor, professor, agentes, corpo técnico, todos são responsáveis por ajudar a escola numa perspectiva inclusiva que ajude a diminuir as desigualdades ainda existentes no âmbito escolar.

Partindo deste princípio, acredita-se que a Inclusão como processo social amplo, vem acontecendo em todo o mundo e na Paraíba não é diferente. A inclusão propõe uma mudança de comportamento, transformação pequenas e grandes no ambiente físico da escola e principalmente na mentalidade das pessoas, até mesmo das pessoas com necessidades especiais para que ela se aceite primeiro para depois ser aceita pela sociedade.

Para as autoras CIDADE e FREITAS (1997) “*é preciso promover uma sociedade que aceite e valorize as diferenças individuais, aprenda a conviver dentro da diversidade humana, através da compreensão e da cooperação*”. E isto que a escola junto aos seus agentes deve ficar atento à diversidade que existem, para que possam atuar de forma comprometida com a educação das pessoas vendo não somente a necessidade ou deficiência mais principalmente valorizando aquilo que o aluno tem de melhor.

Nas escolas pesquisadas essa realidade começa a ganhar novas dimensões, pois alguns professores de Educação Física têm clareza de que esses alunos precisam estar em todas as aulas, eles precisam se movimentar, fazer coisas novas, expressar-se ainda que com certa dificuldade, mas dando o primeiro passo, isso pode ser amenizado com coerência, adaptação e precisão nas ações.

Alguns professores pesquisados sabem da influencia de suas ações dentro da escola, sabem que a educação hoje não pode mais deixar de lado qualquer aluno, seja qual for a sua dificuldade ele precisa estar inserido no processo educativo. Assim, os alunos da escola são acolhidos não somente pelos professores como também pelos seus colegas de turma que tentam com muito sucesso ajudar na pratica das aulas de Educação Física, buscando de certa forma facilitar a sua integração com o resto da turma. Porém, mesmo com esse reconhecimento tem professor que ainda coloca todas as suas dificuldades para não incluir os alunos especiais na estrutura da escola.

A inclusão neste sentido, não deve buscar ações mirabolantes que possam fazer uma

“nova escola”, mais ações simples que façam os alunos apesar de todas as suas necessidades especiais, integrarem-se à escola como cidadão ativo, participativo e que merece o respeito de toda comunidade escolar. E isso mesmo que timidamente a escola já vem tentando fazer apesar de todas as limitações físicas, ambientais, estruturais, pedagógicas, os professores estão adaptando as atividades de forma criativa, lúdica que coloca o aluno em contato com a alegria e o prazer de estar na escola, mesmo que tenha atendimento individualizado, ele esta na sala regular interagindo com as pessoas, conversando, crescendo como ser humano.

Dessa forma, o presente trabalho está estruturado em três capítulos subsequentes, que buscam verificar a pratica do professor de Educação Física, suas dificuldades, influências e iniciativas para a inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais, analisando o seu fazer pedagógico e o uso da ludicidade como ferramenta que contribui no ensino da turma toda.

No primeiro capítulo trata-se das concepções sobre a necessidade de ter uma escola inclusiva, igualitária, democrática, que respeite os direitos de todos os alunos estabelecidos em lei, sendo que a educação física tem um papel preponderante neste aspecto, pois os professores ajudam a construção de uma nova escola. Tais conceitos possuem uma bagagem histórica e, por tal motivo, revelam pontos positivos e negativos na pratica inclusiva que permanecem no interior das instituições de ensino e da prática pedagógica de muitos professores.

No segundo capítulo é feita uma análise o qual teremos uma visão relativa sobre a inclusão dos alunos especiais nas aulas dos professores de Educação Física, observando se os mesmos conseguem trabalhar a turma toda de forma integral, participativa e dinâmica. Verificamos também a participação e o interesse dos alunos com relação a pratica escolar, a relação com os colegas e o reconhecimento de que muitas ações ainda são isoladas, acontecendo apenas por meio de projetos. Faremos alguns questionamentos sobre preconceitos e ações discriminatórias se ainda acontecem no âmbito escolar? Formação profissional e uso de recursos midiáticos na formação do professor.

O terceiro capítulo trata da análise e discussão dos dados coletados na escola campo, é composto da metodologia, e do embasamento teórico onde se faz uma abordagem filosófica, contando com o apoio referencial de vários autores como: MANTOAN, SILVA, GODOI, FERREIRA, além da fala por extenso dos professores de Educação física, que são o foco da pesquisa. Este capítulo está dividido em cinco blocos, os quais enfatizam a realidade da profissionalização, os desafios e limites do fazer pedagógico voltado para os alunos com necessidades especiais, bem como analisa quem são os sujeitos da pesquisa e como esta

acontecendo à inclusão dos alunos com necessidades especiais no ensino regular, sendo que já é uma realidade na sociedade.

Por fim, procuramos reconhecer e apontar os desafios que o processo inclusivo traz para todas as escolas, e as necessidades e expectativas dos professores em função da inclusão dos alunos, analisando a sua influência nessa modalidade de ensino e ainda apontamos para a participação dos alunos especiais nas aulas práticas, mencionamos o prazer e as contribuições das práticas lúdicas e o quanto a formação do professor ajuda na realização do trabalho inclusivo na escola.

1 A EDUCAÇÃO FÍSICA E A INCLUSÃO ESCOLAR

1.1 O Modelo da Inclusão Escolar: causas e consequências

A inclusão como processo que ocorre na sociedade vem acontecendo também na escola e pressupõe aceitação das diferenças que existem em todos os espaços da sociedade, a partir disto sabemos que nem todas as escolas estão preparadas para receber e atender o aluno portador de deficiência por vários motivos que vão desde a estrutura física do ambiente escolar, passando pela formação e aceitação desse aluno com as suas especificidades e limitações.

Dessa forma, ainda hoje no Brasil milhares de pessoas com algum tipo de limitação acabam sendo discriminadas nas comunidades, sendo excluídas do mercado de trabalho e de outros aspectos da vida social. Essa exclusão marginaliza as pessoas com necessidades especiais dificultando a sua liberdade e os seus direitos constitucionais. As pessoas sem respeito, sem atendimento, sem direitos, sempre são alvos de atitudes preconceituosas e ações de piedade que não asseguram a sua cidadania.

Para considerar uma proposta de escola inclusiva, é necessário pensar na prática do professor como mediador do conhecimento. Na escola inclusiva deve haver planejamento participativo, qualificação profissional e suporte psicoeducacional para o desenvolvimento de cada aluno. Dessa forma o aluno se torna autor de sua própria história, interagindo com o conhecimento de forma efetiva e qualificada.

Mantoan (1997, p. 15) defende “*a inclusão total de forma irrestrita, que não venha condenar uma parte dos alunos ao fracasso.*” Assim, é importante notarmos que a inclusão é uma modalidade de ensino para todos com ensino especializado apenas para atender as especificidades de cada um.

Em função dessa e de outras constatações, percebe-se que a sociedade em que vivemos não pode mais viver sonhando com o dia em que a inclusão possa de fato fazer parte do contexto escolar. Todas essas indagações e outras fazem parte deste trabalho como uma forma de ajudar na percepção de que o professor possui um papel preponderante na melhoria do atendimento que é dado ao aluno especial. É preciso, romper com os paradigmas de exclusão, criando alternativas técnico-pedagógicas e sociais que possam contribuir para o processo de aprendizagem de todas as crianças sem distinção.

Neste sentido, ações isoladas de educadores e pais têm promovido e implementado a inclusão nas escolas, de pessoas que possuem algum tipo de deficiência ou necessidade especial,

buscando resgatar e atender o ser humano e a sua dignidade no sentido de possibilitar o pleno desenvolvimento e o acesso a todos os recursos disponíveis na escola.

Á medida que as praticas educacionais excludentes do passado vão dando espaço e oportunidade à unificação das modalidades de educação, regular e especial, em um sistema único de ensino, caminham-se em direção a uma reforma educacional mais ampla, em que todos os alunos começam a ter suas necessidades educacionais satisfeitas dentro da educação regular. (FERREIRA, 2003, p.118)

Atualmente no Brasil é cada vez mais enfatizado o conceito de inclusão nas escolas, com o objetivo de tentar amenizar as dificuldades de trabalhar as especificidades em sala de aula acabamos por colocar todos os alunos num mesmo parâmetro, de que, quem precisa ser incluído são aqueles alunos que por algum motivo são considerados “deficientes” segundo a OMS (Organização Mundial de Saúde). As dificuldades de aprendizagem, as limitações dos alunos com necessidades educativas especiais são uma realidade na maioria das escolas e acabam levando as crianças para um estado de exclusão das aulas práticas de Educação Física.

A educação em todos os sentidos busca sempre a qualidade do ensino e o desenvolvimento pleno de cidadãos conscientes, autônomos e motivados. Esse processo visa acolher com liberdade os alunos respeitando as suas limitações e proporcionando o desenvolvimento de suas habilidades (PCN, 2002).

Essa situação ainda hoje quanto ao atendimento às necessidades escolares da criança brasileira é responsável por índices assustadores de evasão escolar, repetência e encaminhamento das crianças direto ao ensino especial, sem que seja efetivado qualquer tipo de diagnóstico médico sobre as necessidades, dificuldades e habilidades que o aluno apresenta.

Parece ser, mas fácil colocar todo mundo num “cantinho” da escola sem fazer com que se concretize o processo inclusivo. Mas, assim continua se perpetuando historicamente a discriminação, desigualdades e exclusão dos alunos com qualquer distúrbio, sejam emocional, cognitivo, afetivo ou psicológico e ainda aqueles alunos que não se enquadram nos parâmetros estabelecidos pela sociedade.

A escola pública, assumida atualmente como veículo de inclusão e ascensão social, vem sendo no Brasil, inexoravelmente um espaço de exclusão, não só das pessoas com deficiência, mas de todos aqueles que não se enquadram no padrão imaginário do aluno normal. Além disso, as classes especiais tornaram-se verdadeiros depósitos de todos aqueles que, por uma razão ou outra não se enquadram no sistema escolar (FERREIRA, 2003, p.108).

A inserção das pessoas na escola deve ocorrer de forma contínua, onde não se veja apenas as limitações, mas, que se assegure o direito estabelecido na Constituição Federal Brasileira e na LDB 9394/93 que estabelece que é direito de TODOS e dever do estado e da

família promover e incentivar com a colaboração da sociedade o preparo da criança para o exercício pleno da cidadania.

A Lei 9394/93 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) afirma que o dever do Estado com a Educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino.

Acredita-se que a função social da escola é promover no educando o despertar para o senso crítico, para a valorização da vida e do convívio em comunidade onde se busque pelo desenvolvimento de competências e habilidades formar pessoas de bem para que em fim tenhamos uma sociedade mais justa que afaste a desigualdades sociais e amenize as diferenças entre alunos e professores. Então cabe a escola fazer valer a lei em todos os sentidos, sem que para isso o aluno tenha nas suas limitações um empecilho para prosseguir os seus estudos. As crianças com necessidades específicas apresentam uma limitação que se for bem trabalhada pelos agentes da escola pode levar o aluno a uma aprendizagem satisfatória em todos os sentidos.

As crianças com necessidades específicas apresentam uma limitação que se for bem trabalhada pelos agentes da escola pode levar o aluno a uma aprendizagem satisfatória em todos os sentidos. A Constituição Federal Brasileira, por exemplo, ao tratar sobre a educação especial diz: “O dever com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (art.208, III, CF).

Então, cabe a todos o respeito às diferenças que não tem sido uma prática no nosso cotidiano, principalmente das pessoas que tem por obrigação de sua prática pedagógica fazer acontecer à inclusão de todos que é o Professor /educador comprometido com as mudanças sociais.

É sabido que somente a legislação não garante de fato que as crianças especiais, as que apresentam o transtorno de aprendizagem sejam realmente vistas e atendidas como seres que possuem infinitas habilidades, as quais só precisam e desejam acompanhamento e incentivo para que coloque em evidência todo seu potencial, seja por meio de leitura, escrito ou atividades práticas.

A criança especial não precisa ter suas limitações sendo exposta na sala de aula prática de Educação Física, mas, precisa ter a chance de conhecer e conviver com as diferentes formas de se relacionar com outras crianças e com o conhecimento de forma prazerosa e efetiva sem que

para isso seja colocada em uma classe especial que afasta de todo processo inclusivo.

Os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) afirmam que:

Um ensino de qualidade, que busca formar cidadãos capazes de interferir criticamente na realidade para transformá-la, deve também contemplar o desenvolvimento de capacidades que possibilitem adaptações às complexas condições e alternativas de trabalho que temos hoje e a lidar com a rapidez na produção e na circulação de novos conhecimentos e informações, que tem sido avassaladora e crescentes. A formação escolar deve possibilitar aos alunos condições para desenvolver competências [...] (PCN, 2001, p.47).

Neste sentido, entende-se como deficiente as pessoas que nasceram ou adquiriram ao longo da vida limitações físicas, psicológicas, biológicas que as impedem de fazer algo que para uma pessoa sem essa especificidade seria normal. Assim, todas as pessoas portadoras de algum tipo de deficiência possuem uma sua estrutura mental e física algo que gere uma determinada incapacidade para realizar determinadas tarefas do cotidiano.

Desse modo, para SILVA (1986):

Pessoa portadora de deficiência é aquela que sofreu perda ou possui anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que venha gerar uma incapacidade para o desempenho de atividade dentro do padrão considerado normal para o homem, podendo a gênese estar associada a uma deficiência física, auditiva, visual, mental; quer permanente, quer temporário.

O decreto Lei nº 3.298, de 20 de Dezembro de 1999, define a deficiência permanente como aquela onde a doença se estabilizou tornando-se irreversível, apesar de todo avanço da medicina que temos nos dias atuais. Então, a pessoa torna-se “incapaz” de realizar determinadas tarefas ou de desenvolver algumas habilidades que ocorrem na integração social, ou seja, essa pessoa vai necessitar de algum recurso ou equipamento que possa favorecer o seu desenvolvimento seja no campo intelectual, afetivo, psicossocial e até sua inserção no mercado de trabalho e na escola (BRASIL, 1999, Decreto Lei: 3.298).

De acordo com **BRASIL**, (Decreto-Lei nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999) em seu o art. 4º existem cinco categorias distintas que determinam as patologias consideradas deficiências. Seguindo sua transcrição na íntegra, as deficiências são caracterizadas assim:

I- Deficiência física- alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzem dificuldades para o desempenho de funções (Redação dada pelo Decreto nº 5.296, de 2004);

II- Deficiência auditiva – perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais; aferida por audiograma nas frequências de 500 HZ; 1.000 HZ; 2.000 HZ e 3.000 HZ (Redação dada pelo Decreto n° 5.296, de 2004);

III- Deficiência visual- cegueira, na qual a acuidade é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores (Redação dada pelo Decreto n° 5,296, de 2004);

IV- Deficiência mental- funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestações antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: a) comunicação; b) cuidado pessoal; c) habilidades sociais; d) utilização dos recursos da comunidade (Redação dada pelo Decreto n° 5.296, de 2004); e) saúde e segurança; f) habilidades acadêmicas; g) de lazer; e h) trabalho;

V- Deficiência múltipla - associação de duas ou mais deficiências.

Neste sentido, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n° 9.394/96 define no artigo 58, que a educação especial como modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para os educandos com necessidades especiais. Assim, todas as pessoas que se enquadram ou não nessas deficiências merecem ter um tratamento adequado em todos os sentidos e ambientes da sociedade.

No artigo 59 desta mesma lei, se assegura que os sistemas de ensino deverão assegurar aos alunos “currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica para atender às suas necessidades” e a aceleração de estudos para que alunos superdotados possam concluir em menor tempo o programa escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para os educandos com necessidades especiais.

Ainda no artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino deverão assegurar aos alunos “currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica para atender às suas necessidades” e a aceleração de estudos para que os alunos superdotados possam concluir em menor tempo o programa escolar.

Nesse sentido, o artigo 24, deixa clara a “possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado”, como uma tarefa da escola. Portanto caberá a escola buscar formas e alternativas para melhorar o seu fazer, enquanto instituição que visa à capacitação para garantia de direitos de todos e não só de uma parte de seus alunos, de forma harmônica e integradora como afirma Ferreira (2003, p.141) em sua defesa de educação inclusiva para renovar a escola e a sociedade: *“uma educação que possibilite uma convivência harmônica e enriquecedora entre os indivíduos, respeitando igualdades e diferenças, acreditando na inclusão como força para a renovação da escola e da sociedade”*.

Em 1999, o Decreto 3.298 regulamenta a Lei n.º 7.853/89, ao dispor sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, define a educação especial como modalidade transversal aos níveis e modalidades de ensino e, contraditoriamente, no seu artigo nº 24, condiciona a matrícula compulsória na rede regular de ensino às pessoas com deficiência consideradas capazes de se integrar na escola e na sociedade como um todo.

Diante das mudanças, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, determinam no art. 2º que: Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas a responsabilidade de organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação laica, gratuita e de qualidade para todos (MEC/SEESP, 2001). Desse modo, o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 10.172/2001, atribui funções no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios estabelecendo objetivos e metas para que os sistemas de ensino favoreçam o atendimento às necessidades especiais dos alunos.

Outro documento de fundamental importância que trouxe muitos benefícios sobre a inclusão dos alunos com necessidades especiais é a **Declaração de Salamanca** (1994), entendida como fruto dos movimentos de luta das pessoas com deficiências, este documento parte do pressuposto do direito a educação para todas as pessoas, independente de suas diferenças particulares, físicas, cognitivas, anatômica, as quais não podem ser usadas com subterfúgio para a discriminação e exclusão que ocorre frequentemente na escola e em outros órgãos da sociedade.

“Aquele com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deve acomodá-los dentro de uma pedagogia centrada na criança e ser capaz de satisfazer tais necessidades.” (UNESCO, Declaração de Salamanca, 1994).

A declaração de Salamanca aponta como prioridade para as políticas públicas em educação o aprimoramento dos sistemas da inclusão de todos. Para esta, a Declaração propõe que os governos locais busquem aperfeiçoar as diferenças características da população que está sendo atendida, de acordo com as especificidades de cada público.

A educação especial como baluarte para a educação inclusiva, tem o propósito de deslocar o foco que está no aluno e direcioná-lo para as propostas educacionais que eles requerem e almejam, evitando enfatizar os seus atributos, dificuldades ou condições pessoais, que venham interferir na sua aprendizagem e escolarização. É uma forma de reconhecer que muitos alunos, que apresentam ou não deficiências, possuem necessidades educacionais que passam a ser especiais quando exigem respostas específicas adequadas. O que de certa forma é difícil ser

colocada em prática na maioria das escolas do sistema de ensino de todo o país, que ainda está muito focado nas dificuldades e não na pessoa humana, e assim decide e concebe que muitos alunos não podem ser inseridos na sala de aula.

O que se busca é a funcionalidade do ensino para todos, e não transformar as crianças especiais em um fardo para a escola, para o professor como se todos não precisassem ser trabalhados de forma igualitária, humana tendo em sua essência a necessidade de ser visto de forma diferenciada. Tratar de educação especial, portanto, é deixar de pensar nas dificuldades específicas dos alunos e passar a pensar o que a escola pode fazer para dar respostas às suas necessidades, de um modo geral, bem como aos que apresentam necessidades específicas muito diferentes dos demais.

Nesse processo, a contribuição pedagógica e os serviços educacionais, mesmo os especializados - quando necessários - não devem restringir ou prejudicar os trabalhos que os alunos com deficiências, compartilham na sala de aula com os demais colegas. Respeitar a atenção à diversidade e manter a ação pedagógica regular parece ser um desafio presente na inclusão dos alunos com maiores ou menos acentuada dificuldades para aprender. Por isso é dever do professor de Educação Física assegurar em suas aulas práticas o aprendizado para todos.

A integração, dessa forma, implica aceitar que indivíduos com as mais variadas deficiências aprendam através de estratégias similares, utilizando-se dos mesmos materiais pedagógicos. Essa proposta, no entanto, precisa ser discutida melhor, já que, aprioristicamente, é preciso definir a que tipo de integração está sendo feita referência e que tipo de deficiências estão sendo levadas em conta (FEREEIRA, 2003, p111).

É indispensável, conceber e viver a diferença como algo positivo e de que se gosta, afastando, deste modo, muitas das barreiras que impedem as escolas de adotarem políticas e práticas mais inclusivas, que levem a escola a se afirmar cada vez mais como comunidade educativa inclusiva, em que os alunos sejam reconhecidos pelo que são e não por sua deficiência. Contudo, passar dos ideais às práticas, do *dever-ser* ao *ser*, implica diversificar e adequar estratégias, materiais e espaços educativos, de forma a garantir o ensino a todas as crianças e jovens, facilitando o seu desenvolvimento enquanto pessoas e cidadãos capazes de intervir, de forma responsável e informada, na sociedade de que fazem parte (SASSAKI, 1997).

Para a construção de um espaço escolar inclusivo e que ofereça maior qualidade e efetividade para que as pessoas com deficiências tenham condições de acesso ao espaço escolar, devem ser feitas algumas adaptações, na escola inclusiva não é o aluno com deficiência que se adapta a escola e sim a escola que deve se adaptar aos referidos alunos. A disposição e

organização do ambiente escolar em relação às condições higiênicas interferem na efetividade e eficácia do processo docente-educativo, atingindo o crescimento, desenvolvimento e capacidade de trabalho de estudantes e professores. Um trabalho inclusivo implica em condições higiênicas, bem como em um conjunto de fatores que propiciem conforto ambiental para os alunos em geral e condições reais de acessibilidade para os alunos com deficiências. Então a falta de condições estruturais da escola pode excluir aqueles que não se enquadram nas normas pré-estabelecidas pela sociedade, ou seja, que são diferentes do modelo de homem e de mundo que fortalece e reproduz o sistema capitalista.

Logo, se a individualidade da pessoa não é respeitada pelo sistema nem consequentemente pela escola, o aluno também não se reconhece nesse espaço e entende que este não faz parte daquele ambiente, que aquele não é o seu lugar, sendo, portanto, excluído do processo educativo. Desta forma, esse é um dos fatores pelos quais os alunos podem ser impossibilitados de usufruírem o direito à educação, à profissionalização e ao exercício pleno da cidadania.

A escola, os professores e o Professor de Educação Física devem ser potencializadores do ensino inclusivo, visando à formação crítico-reflexivo, autônoma e ativa do aluno na construção da sua identidade, da sua cidadania, por ser um dos princípios de convivência social, pois ele passa uma boa parte de sua vida nesse espaço e toma conhecimento de seus primeiros aprendizados.

As dificuldades mais enfrentadas pelos alunos com deficiência é a qualidade de ensino, bem como a falta de recursos humanos e materiais, a falta de compromisso e o distanciamento da escola com a realidade, a discriminação pelos métodos e atos pedagógicos dos professores e o descaso do poder público em face destes problemas. A própria existência de escolas e classes especiais para os deficientes físicos, mentais, dentre outros, muitas vezes é desnecessária, quando aquilo que os impede de ter acesso à escola são as barreiras arquitetônicas e a falta de adaptações, por exemplo, em salas e banheiros, sem corrimão, sem as condições mínimas necessárias para a prática de educação física escolar.

1.2 A Educação Física como disciplina e sua contribuição na formação dos alunos

A sociedade brasileira passa por inúmeras transformações, principalmente no que diz respeito ao acesso a educação. Hoje é propagado que a educação é para todos, mas na realidade isso é notório apenas no oferecimento do acesso àqueles alunos de uma forma ou de outra

apresentam qualquer tipo de limitação seja ela motora, psicológicas, afetivas ou sociais.

As causas dessa dificuldade de incluir não se encontram apenas no aspecto social, mas têm origens cognitivas, afetivas, culturais, familiares, que muitas vezes são atribuídas ao próprio aluno o seu fracasso, considerando que por haver algum comprometimento no seu desenvolvimento psicomotor, cognitivo, linguístico ou emocional ele será impedido de ter um espaço nas aulas, comprometendo assim o seu desenvolvimento integral.

Sabendo que a escola é um local que visa à inserção do cidadão na sociedade, isso se dá através da capacitação para atuar no grupo que convive. Para Torres (2006, p.61) “a educação não pode preocupar-se apenas com o rendimento formal do aluno, mas garantir os seus direitos enquanto pessoa que pode desenvolver suas potencialidades e habilidades, busca de igualdade e respeito às diferenças”. Entende-se que a inclusão não é apenas ocupar o mesmo espaço físico ou garantir a matrícula dos portadores de necessidades educativas especiais.

A verdadeira inclusão possibilita envolvimento, troca de experiência, convívio, descoberta do novo, tudo isso será consequência de uma escola com qualidade, uma escola que seja capaz de compreender que cada aluno é único, e que todo ser humano de alguma forma possui limitações no seu cotidiano.

A Educação Física cabe o papel de contribuir de forma efetiva na formação dos alunos, preocupada não somente com a parte física mais principalmente com a formação intelectual e psicológica dos indivíduos uma vez que é uma disciplina que foge da rotina imposta pelos conteúdos, dando vazão a outros conhecimentos que o próprio aluno já tem, mas, que precisa ser lapidado pela escola, podendo afastar a falsa impressão de que o professor de Educação física é um alienado social e que a disciplina ensina apenas esporte e lazer. Isso não é verdade. Então uma proposta de intervenção neste contexto deve primar pela qualidade daquilo que está sendo ensinado, daí à importância dos temas transversais que coloca o aluno em contato com a cientificidade, com o pensar diferente. Esse é o papel da pedagogia e do professor de Educação Física propor ações que dinamizem o universo escolar fazendo com que os alunos sejam valorizados no desempenho de suas competências e habilidades.

Desse modo, a aprendizagem significativa é aquela que é capaz de promover a emancipação do homem em todos os sentidos: afetivos, cognitivos, psicológicos, sociais e morais fazendo dele um ser capaz de interferir positivamente no desenvolvimento da nossa sociedade.

Por outro lado entende-se que essas crianças sentem diariamente muita dificuldade de

realizar determinadas atividades motoras que para outros é simples. Mas para os alunos com necessidades especiais isso se torna quase impossível principalmente quando o professor desconhece os processos pedagógicos oriundos da especificidade de sua deficiência, como também as famílias que são mal orientadas e acabam obrigando a criança a realizar repetições que de nada vão acrescentar ao seu aprendizado.

Para Vygotsky (1997, apud, COLETIVO DE AUTORES, 2003 p.7), é o próprio meio que influencia na aprendizagem da criança, ou seja, a criança constrói o seu conhecimento a partir do momento em que interage com outras crianças. Essa socialização gradativa garantirá novos horizontes no seu aprendizado. Já Piaget (1997, apud COLETIVO DE AUTORES, p.5), destaca que a aprendizagem se processa em períodos e que a criança aprende de acordo com a faixa etária e, a Educação Física junto às demais disciplinas pode proporcionar uma melhor qualidade de vida para todos os alunos com necessidades especiais.

A grande missão é dizer que podemos amar e viver e ser felizes com as diferenças, pois, nelas encontraremos nossas semelhanças históricas, culturais, e, dessa maneira, a nossa forma dizer ao mundo que as diferenças nunca diminuem e sim, somam valores e multiplicam os gestos de fraternidade e paz entre os homens. Esse é o grande legado que podemos deixar para a vida dos alunos. Acreditar nos sonhos, nas possibilidades de fazer a diferença e contribuir para uma sociedade mais justa onde homens e mulheres sejam capazes de conviver com as diferenças, sem perder a essência e o amor que nos move na profissão.

Sem dúvida, isso é uma realidade nas escolas onde o professor de Educação Física muitas vezes sente-se incapaz de fazer um bom trabalho com os alunos especiais pela falta de material adequado para tal tarefa. Assim, o aluno com necessidades educativas especiais acabam ficando de lado no processo de inclusão.

Segundo Ferreira (2003, p.177):

A inclusão é uma força cultural para renovação da escola, mas, para se ter sucesso, as escolas devem tornar-se comunidades conscientes. Sem esse sentido de comunidade os esforços para alcançar resultados expressivos são inoperantes. É importante partir do princípio de que a inclusão de TODOS, na escola, independentemente do seu talento ou da sua deficiência, reverte-se em benefícios para os alunos, para os professores e para a sociedade em geral [...] os alunos com deficiência em especial, em ambientes inclusivos, podem apresentar melhor desempenho no âmbito educacional, social e ocupacional.

Está aí um grande desafio lançado ao professor de Educação Física considerar que todos os alunos sem distinção são capazes de se desenvolver nas aulas pratica de Educação Física, é

claro que é preciso considerar suas especificidades, respeitando os seus limites e acima de tudo tendo conhecimento das suas limitações. O professor não deve cair no erro de deixar de prestar o atendimento por desconhecer que o seu aluno é capaz de progredir no seu conhecimento com naturalidade e também é uma excelente oportunidade de ensinar a turma toda. Isto requer um entendimento de que a educação se faz de forma coletiva, onde todos nos ensinamos e aprendemos mutuamente, é uma troca que não deve deixar ninguém de fora, que devem adaptar-se as peculiaridades de TODOS.

Desse modo para SANTOS (2009) “a relação professor-aluno torna o aluno capaz ou incapaz”. Se o professor tratá-lo como incapaz, não será bem sucedido, não permitirá a sua aprendizagem e o seu desenvolvimento. Se o professor mostrar se despreparado para lidar com o problema apresentado, mais chance terá de transferir suas dificuldades para o aluno.

1.3 O papel dos jogos na educação física escolar e na evolução da inclusão

O ato de incluir significa dar a possibilidade de o aluno descobrir-se como ser social que é capaz de interagir com o meio em que se encontra e adaptar-se ao espaço escolar sem grandes limitações. Esse é o papel de uma escola inclusiva, usar as disciplinas de forma multidisciplinar, onde o conhecimento seja a base de confiança das relações entre professores e alunos.

O grande ganho nesse processo é viver a experiência de conviver com a diferença, visando diminuir as formas de preconceito que existe na escola, pois o aluno deveria desde a sua infância aprender a respeitar e não discriminar o outro pelas suas limitações. As pessoas com necessidades educativas especiais precisam ter a chance de demonstrar suas qualidades e aptidões. A segregação dessas pessoas, ou seja, a separação delas nas aulas de Educação Física pode inibir ainda mais a sua qualidade de vida e o seu desenvolvimento que muitas vezes já vem sendo tolhidos pela família.

O profissional de Educação Física deve estar preparado para abranger conteúdos diversificados adaptando-os nos vários estilos de aprendizagem, podendo assim satisfazer todos os alunos garantindo uma educação igualitária a todos, sem exclusão. A escola e os profissionais que nelas trabalham precisam atender a todas as necessidades dos alunos tendo assim que criar estratégias de ensino para que haja uma integração (MACIEL, 2011, p. 5).

Neste contexto, o uso jogo no processo de ensino deve ser uma ferramenta para dinamizar as aulas práticas, e, não pode ser realizado como mero acaso ou uma atividade isolada que acontece numa data comemorativa, num momento de recreação. Deve ser considerada como uma atividade que faz parte do universo infantil, um meio que é usado com objetivos definidos

para o processo de ensino.

O jogo é mesmo uma das atividades mais importantes no processo educativo, facilitam o relacionamento das vivências em sala de aula. Esse caráter de integração é indispensável para os alunos especiais que necessitam muito mais serem estimulados para o aprender a fazer. As atividades lúdicas são consideradas a base de todo conhecimento principalmente nas séries iniciais. A autora Haidt (2003, p.176) vem contribuir com essa afirmação dizendo que:

Além desses motivos o jogo tem um valor formativo porque supõe relação social, interação. Por isso, a participação em jogos contribui para a formação de atitudes sociais: respeito mútuo, solidariedade, cooperação, obediência as regras, senso de responsabilidade iniciativa pessoal e grupal. É jogando que se aprende o valor do grupo como força integradora, da colaboração consciente, espontânea da competição salutar (HAIDT, 2003, P.176).

Além disso, o lúdico ajuda na formação individual do ser humano, pois é uma ferramenta que a escola possui para dinamizar as aulas. Esse conhecimento do brincar a criança já trás de casa, e a escola só precisa transformações isso em ações pedagógicas potencializadora do ato de aprender fazer fazendo.

Neste sentido, promover atividades como: jogos, brincadeiras, teatro e lazer são fundamentais no âmbito escolar principalmente para os alunos com disgrafia que tem a oportunidade de, por meio do lúdico, ampliar seus conhecimentos buscando novas formas de interagir com os outros alunos e com o professor.

A criança deve desenvolver habilidades para interagir positivamente com seu meio natural e social e incorporá-lo em sua vida diária com os objetivos de ter prazer em experimentar fenômenos e eventos da natureza por meio de brincadeiras, brincar pela experimentação e criar com coisas que a cercam, desenvolver interesses por brinquedos e coisas feitas pelo homem (KISHIMOTO, 1997, P.68).

A brincadeira é uma forma privilegiada de aprendizagem. Na medida em que a escola vai aproveitando as brincadeiras que as crianças trazem de casa fazem com que elas experimentem pedagogicamente esse ato de brincar de forma criativa e natural. As brincadeiras ficam mais interessantes quando as crianças combinam os diversos conhecimentos que tem acesso.

Vale ressaltar que no século XVIII, Rousseau e Pestalozzi já afirmavam que a educação não pode ser um processo repressivo, mas um processo natural que leve em consideração os interesses das crianças, a importância dos jogos como instrumento pedagógico esta justamente no seu valor formativo, pois além de exercitar o corpo, o jogo prepara para a vida em comum e para as relações sociais.

O jogo é um recurso didático valioso, ao recorrer ao jogo o professor está criando na sala de aula um ambiente motivador que permite aos alunos participarem efetivamente do processo ensino-aprendizagem, assimilando experiências e informações e sobre tudo criando atitudes e valores.

Dentre as inúmeras atividades para se trabalhar com o aluno especial podemos e fazer: brincadeiras que trabalhem a concentração: Jogo de memória, fichas, repetições, dinâmicas corporais que enfoquem principalmente a coordenação como: trabalho com cordas e cones para se trabalhar as diferenças e direções fazer atividades praticam que garantem ao aluno perceber a coordenação motora fina, a lateralidade, corpo, mente.

Para Haidt (2003, p.177):

[...] é por meio dos jogos e brinquedos que a criança adquire a primeira representação do mundo e é por meio deles que ela penetra no mundo das relações sociais, desenvolvendo o senso de iniciativa e auxílio das relações sociais, desenvolvendo senso de iniciativa e auxílio mútuo [...] (p.177).

Para o autor Brougere (1999, p 19-32.) na brincadeira do faz de conta se estabelece uma forma de comunicação que pressupõe um aprendizado pois ele permite um melhor domínio sobre a linguagem e a comunicação, abrindo possibilidades para a criança usar sua imaginação. Neste sentido, os alunos com necessidades educativas especiais podem valer-se da ludicidade para melhorarem sua autoestima e conseqüentemente a sua forma de ver o mundo a sua volta. A criança ao ser estimulada por meio do lúdico acaba promovendo ações e reações que vão ressignificando a sua aprendizagem. Em consequência disso ele vai desenvolver melhor a sua capacidade criativa e as suas atividades.

Para Vygotsky (1997, apud COLETIVO DE AUTORES, p. 6) a brincadeira é uma grande fonte de desenvolvimento que foca de uma lente de aumento, contém todas as tendências do desenvolvimento de forma condensada. Para o autor a brincadeira fornece ampla estrutura básica para mudanças das necessidades e da consciência pois as brincadeiras, as crianças ressignificam o que vivem e sentem. Desse modo, acredita-se que a brincadeira é uma forma privilegiada de aprendizagem. Na medida em que as crianças vão aprimorando seus conhecimentos e suas brincadeiras, escutam, observam e experimentam melhor o prazer de aprender por meio dos jogos e das brincadeiras. Uma proposta lúdica requer da escola ressignificar o brinquedo para construção de novas experiências, que façam com que o conhecimento fique recheado de novidades para que a brincadeira permita: decidir, pensar, sentir, competir, construir, experimentar, descobrir, aceitar limites e surpreender-se com as descobertas.

Ressalta-se que por meio de materiais concretos o aluno consegue perceber as diferentes formas de interagir com o conhecimento, adequando sempre que possível às atividades práticas com o conhecimento teórico que está sendo trabalhado.

O incentivo a participação das tarefas ampliam o aprendizado e contribui para que a criança sinta prazer em aprender sendo que o papel do professor é o de facilitador do processo de descoberta. Sua presença é indispensável, pois ele presta uma assistência contínua a seus alunos emitindo instruções claras e precisas, propõe novas situações e descobertas. Desse modo, acreditamos que a brincadeira é uma forma privilegiada de aprendizagem. Na medida em que as crianças vão aprimorando seus conhecimentos e suas brincadeiras, escutam, observam e experimentam melhor o prazer de aprender por meio dos jogos e das brincadeiras.

Para o autor Brougere (1999, p.10) na brincadeira do faz de conta se estabelece uma forma de comunicação que pressupõe um aprendizado, pois ele permite um melhor domínio sobre a linguagem e a comunicação, abrindo possibilidades para a criança usar sua imaginação. O jogo é mesmo uma das atividades mais importantes no processo educativo, facilitam o relacionamento das vivências em sala de aula. Esse caráter de integração é indispensável para os alunos especiais que necessita ser estimulado para aprendê-lo a fazer. As atividades lúdicas são consideradas a base para todo conhecimento principalmente nas séries iniciais.

Assim, integrar significa então aceitar o indivíduo com as mais variadas dificuldades, valorizando o que elas têm de melhor, criando estratégias e utilizando-se de materiais pedagógicos que possam contribuir para suas descobertas enquanto ser humano em constante aprendizado. Esse é o papel de todos os agentes da escola, saber-se que como seres inacabados e sempre é importante aprender novas formas de viver em sociedade.

Reconhecer o valor da pessoa humana é necessário em todas as fases do desenvolvimento, não é um favor que se presta em atender bem a todos, é um direito que todo mundo tem de conviver em uma sociedade justa e igualitária, e escola, o professor, e todos os agentes escolares, devem entender que podemos aprender muito com as crianças especiais, e, assim como as demais, pois a educação é feita de troca, de respeito à individualidade e principalmente pelo compromisso que se tem com a educação de qualidade. É preciso reconhecer, pois, que somos seres inacabados, que aprenderemos e crescemos muito nessa parceria com os nossos pares, no dia a dia na convivência no ambiente escolar que é repleto de momentos de descobertas e vitórias sobre qualquer problema que se possa apresentar. A boa convivência é fundamental nas relações humanas.

Vale destacar que a contribuição do professor de Educação física na escola não esta somente direcionada a teoria, mas principalmente aos alunos que merecem participar de forma ativa do fazer pedagógico. Para tanto, a escola têm que ter em seu projeto macro registrado ações que integrem os alunos com necessidades ao processo de ensino da escola. A existência desse projeto é fundamental para o desenvolvimento sociocultural dos educandos, que esperam dela uma postura critica que possibilite o bem estar das crianças em todos os sentidos. Promover ações integradoras para que a criança especial não se sinta isolada na sala de aula pelas suas limitações, mas que a mesma perceba as suas limitações e sinta-se acolhida por todos aqueles que fazem educação.

Por tudo, é sabido que o papel da ludicidade é fundamental nesse processo, pois leva a criança para o mundo dos sonhos, do faz de conta que quando bem trabalhado na escola transmite conhecimento pedagógico. A integração dos alunos que apresentam limitações não é tarefa fácil, exige muito compromisso e dedicação que na verdade são questões que estão diretamente ligadas ao fazer diário de todo educador que sempre se depara em sua sala de aula com todos os tipos de dificuldades e sabe como ninguém que educar é construir cidadania, mas que esse direito deve ser construído coletivamente junto a todos os atores da escola.

2 METODOLOGIA

2.1 Caracterização da Pesquisa

A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa que teve como delineamento o estudo de caso com caráter descritivo, que: "se fundamenta na ideia de que a análise de uma unidade de determinado universo possibilita a compreensão da generalidade do mesmo ou, pelo menos, o estabelecimento de bases para uma investigação posterior, mais sistemática e precisa" (Gil, 1994, p 79). Também sendo realizada a pesquisa bibliográfica e documental, pautada no tema em questão. O lócus da pesquisa foi nas escolas do ensino regular da rede pública de ensino, Sousa-PB. A mesma atende alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental além da Educação de Jovens e adultos (EJA).

A análise e interpretação do processo de coleta de informação permitiram investigar a cerca da inclusão na área da Educação Física. O estudo desenvolvido é de cunho qualitativo, em nível descritivo, com o objetivo de pesquisar a ação educativa do professor de Educação Física na tarefa de inclusão dos alunos especiais nas aulas práticas regulares do ensino fundamental.

2.2 A inclusão dos alunos especiais nas aulas práticas de Educação Física

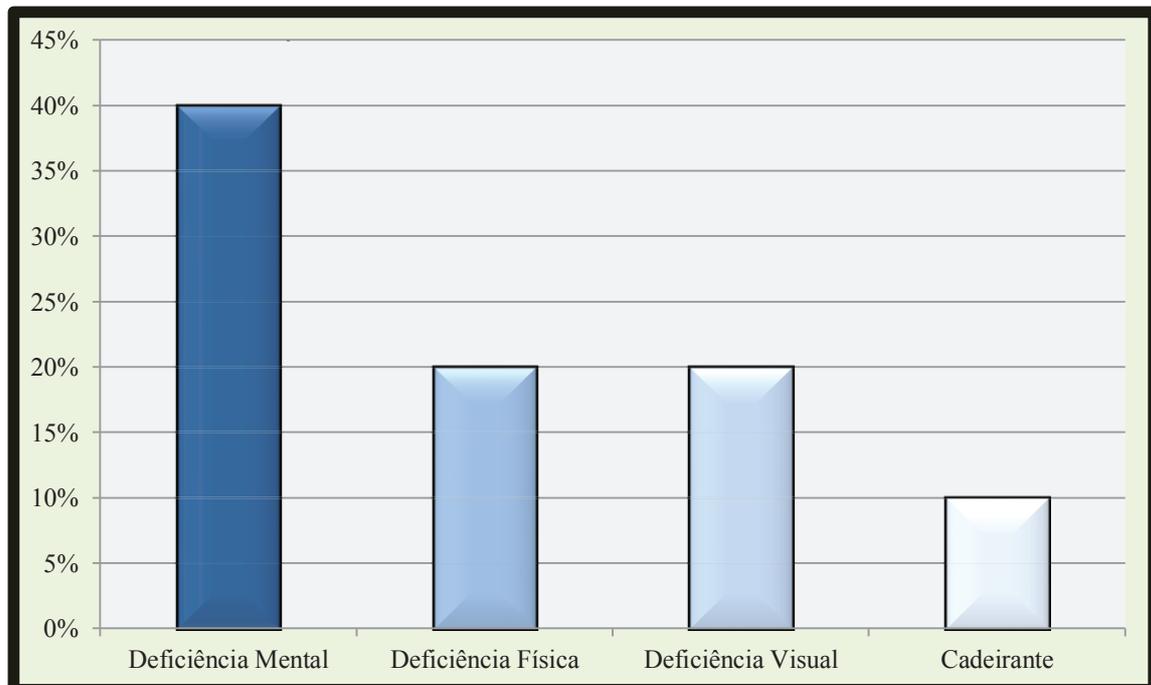
A escola como espaço de inclusão, deve ser vista como uma forma de proporcionar condições adequadas para que o aluno desenvolva suas capacidades e habilidades de acordo com o seu nível de crescimento, desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo-social. Desse modo a escola pesquisada apresenta um número significativo de alunos inclusos nas turmas regulares, o que demonstra que a formação dos alunos é uma preocupação constante da escola e de seus professores.

Segundo Ferreira (2003, p.149):

Dessa forma o ambiente escolar precisa se construir como um espaço aberto, acolhedor, preparado e disposto a atender às peculiaridades de cada um. Para que possa conceber a escola inclusiva, é necessário continuar trilhando um longo caminho.

Acredita-se que todos os alunos podem participar do processo educativo de forma igualitária e democrática pautada numa educação inclusiva que busque assegurar a participação de todos nas ações da escola. Isso demonstra que o papel da escola enquanto instituição formadora é o de primar pela qualidade do ensino garantindo os interesses, características, dificuldades, habilidades que o aluno possui. Assim, verificamos que todos os professores pesquisados trabalham diariamente com alunos especiais.

GRÁFICO 1 Informações Gerais



Fonte 1 Pesquisa de campo 2014/Sousa-PB

Um dos professores participantes, afirmou: “*tenho alunos com deficiência auditiva e física, mas eles não participam de todas as atividades por causa de suas limitações e também pelo espaço (quadra) que não é adequado*”. Isso é notório ainda hoje na prática do professor de Educação Física apesar de ter uma boa formação técnica e pedagógica acaba esbarrando na falta de espaço físico adequado e principalmente nas quadras das escolas que se apresentam de forma caótica, sem a menor condição de atender aos alunos.

Diante do exposto, após a aplicação dos questionários constata-se que todos os professores participantes da pesquisa possuem alunos com necessidades educativas especiais, principalmente alunos com deficiência auditiva, e os educadores afirmam não ter nenhuma dificuldade em trabalhar a parte prática do conteúdo seja na sala de aula ou na quadra da escola. Em virtude do espaço físico não está adequado para determinadas atividades planejadas para garantir a aprendizagem dos educandos, o professor acaba improvisando algumas tarefas para que todos possam participar de forma adequada e tenham um melhor aproveitamento.

È necessário analisar se o ambiente de aprendizagem é favorecedor, se a escola possui os recursos audiovisuais, se a estrutura física da escola atende as reais necessidades dos professores, se existe estimulação do aluno especial e acompanhamento suplementar, se os currículos e estratégias de ensino atendem a realidade dos alunos e se todos os que fazem parte da comunidade estão sensibilizados para atender o portador de deficiência com respeito e consideração.

O professor de Educação Física não é o único responsável por atender o aluno nas atividades práticas, ele precisa contar com o apoio de todos os agentes da escola, é uma troca recíproca visto que esses alunos têm muito a acrescentar no dia a dia da escola. A colaboração dos colegas das turmas regulares é fundamental numa sociedade que ainda hoje é marcada pela discriminação e violência, precisamos apontar caminhos para que os alunos se sensibilizem com as dificuldades e limitações dos colegas especiais.

Neste sentido concorda-se com Maciel (2003, p. 4) que afirma:

“para que haja interação entre professor-aluno, é necessário que o professor da sala regular e os especialistas tenham conhecimento sobre o que é deficiência, quais são seus principais tipos, suas causas e limitações e as necessidades de cada deficiência”.

Entende-se que esse aspecto é plenamente compreensível e precisa avançar. Mas, isso não quer dizer que seja um discurso da Educação Física excludente e segregadora que guarda resquícios no pensamento e na ação dos professores. O pensamento é sem dúvida o primeiro

aspecto a mudar e precisa ser continuamente qualificado e refletido.

Pela compreensão dos professores de Educação Física investigados permite a constatação que ainda há muitos aspectos a serem melhorados acerca da inclusão na sua própria prática pedagógica. Os professores ao mesmo tempo em que se mostram favoráveis à inclusão, deixam claro que existem muitas restrições em relação a como ela pode ser feita. Os professores ainda mantêm a ideia de que há algumas necessidades especiais que podem estar na prática regular e outras que não podem.

Por esse motivo perguntamos aos professores da escola sobre a participação dos alunos nas atividades realizadas na escola e os mesmos se manifestaram da seguinte forma, afirmando que a maioria dos alunos faz as aulas propostas pelos educadores.

Quando questionados sobre a participação dos alunos especiais nos exercícios práticos realizados na quadra da escola, por unanimidade, os professores afirmaram que os alunos “não participam de todas as atividades com igualdade”, principalmente das atividades práticas em virtude de suas limitações físicas e, também, segundo eles, “os alunos não gostam de tais tarefas”, pois o espaço não é adequado para tais atividades.

“[...] nem todos, porque não gostam de fazer aula na quadra, têm vergonha de não conseguir e também por causa de suas limitações e das condições físicas da quadra”. Professor A

É comum percebermos que muitos educadores, apesar de toda sua qualificação e formação acadêmica, ainda têm no bojo de suas ações algumas limitações técnico-pedagógicas que dificultam a prática a ser desenvolvida com os alunos com necessidades especiais. Isso se torna uma rotina entre eles, pois os alunos acabam tendo que realizar sempre as mesmas tarefas, sem que lhes seja dado à oportunidade de participação efetiva no processo educativo. Isso significa que se não houver uma mudança na mentalidade dos professores, a inclusão nunca se tornará, de fato, uma realidade na escola.

A Educação Física enquanto componente curricular da Educação Básica deve assumir então outra tarefa: introduzir e integrar aluno na cultura corporal de movimento, formando o cidadão que vai produzi-la, reproduzi-la e transformá-la, instrumentalizando-o para usufruir do jogo, do esporte, das atividades rítmicas, da dança, da ginástica e praticas de aptidão física, em benefício de qualidade de vida. A integração que possibilitará o usufruto da cultura corporal há de ser plena-é afetiva, social, cognitiva e motora. Vale dizer, é a integração de sua personalidade (BETTI, 1992,1994, p.75).

O papel do educador e da Educação Física sem dúvida na inclusão é favorecer o

desenvolvimento integral dos alunos em todos os aspectos: afetivo, psicológico, social, cognitivo.

Enfim, fazer da sala de aula um ambiente de construção progressiva do conhecimento, respeitando as limitações e ampliando as habilidades que TODOS os alunos sem exceção possuem. É preciso acreditar que apesar de todos os limites da escola, dificuldades de acesso a matérias, espaço físico, existe sempre algo que por menor que seja faz grande diferença na inclusão dos alunos.

A aula de Educação Física deve favorecer a construção de uma atitude digna e de respeito próprio por parte do portador de necessidades especiais e a convivência com ele pode possibilitar a construção de atitudes de solidariedade, respeito, aceitação e sem preconceitos. As adaptações das atividades, o uso da ludicidade (jogos, dinâmicas, recreação, lazer, brincadeiras) são necessárias para que os alunos especiais sintam-se acolhidos e para que se possa promover a inclusão dos alunos em todas as aulas.

Segundo Godói (2006, apud PAULA, 2011, p.45), baseando-se nas leis de Diretrizes e Bases da Educação (1999), a organização e estruturação do currículo na educação, compreende dois eixos de experiências: formação pessoal e social do aluno no que se refere a: sua identidade, autonomia, brinquedo, movimento, e conhecimento de si e do outro, ou seja, conhecimento do mundo a sua volta. Além disso, é preciso levar o aluno a conhecer as diferentes formas de linguagem e expressão, artes, música, linguagem oral, escrita e matemática, conhecimento da natureza e sociedade.

O lúdico nesse sentido é sem dúvida um potencializador da aprendizagem como um todo, pois fornece ao professor a possibilidade de mediar o conhecimento sem grandes pretensões, mas ao mesmo tempo ensina, aprende e faz refletir numa visão aberta do que realmente é a educação numa perspectiva emancipadora. Nesta perspectiva inclusiva questionamos os educadores sobre quais as atividades que potencializam o seu fazer pedagógico na sala de aula (quadra).

GRÁFICO 2

Fonte 1 Pesquisa de campo 2014/Sousa-PB

A realidade das atividades lúdicas que foram apontadas pelos professores como um caminho para que seja feita a inclusão em suas aulas. Uma vez que o lúdico coloca o aluno em contato com a alegria, o prazer de brincar, sem que haja aquela cobrança sistemática dos conteúdos escolares que muitas vezes prendem os professores em planejamentos inadequados a realidade do aluno, somente para cumprir uma exigência da instituição escolar.

Os alunos sentem-se motivados e acolhidos na sua essência humana durante uma atividade que se processa por meio dos jogos, brincadeiras, onde não é vista somente as suas dificuldades, mas, é enfatizado principalmente as suas habilidades.

É dessa forma que se ensina a turma toda, numa troca diária de conhecimentos que são estabelecidos na dinâmica dos acontecimentos que permeiam a sala de aula. Porém verifica-se que essas atividades são realizadas pelo professor de forma esporádica, ou seja, eventualmente ele consegue inserir algumas atividades lúdicas no contexto da escola, mas no dia-a-dia são trabalhadas somente.

Mediante essas e outras constatações a cerca do trabalho pedagógico dos professores, eles expressaram as suas limitações para oferecer aos alunos especiais uma boa qualidade de ensino. Os mesmos enfatizam que muitas vezes não conseguem colocar em pratica o seu planejamento e que isso ocorre por causa da falta de materiais didáticos e também da estrutura

física da quadra que não garante a segurança dos alunos.

Os dados acima representados revelam que os professores reconhecem o valor da ludicidade na sua prática pedagógica, mas, o lúdico ainda acontece de forma esporádica, num evento, gincana ou outro projeto. Brincando aprendemos e ensinamos, brincar é uma manifestação natural do corpo, que sem dúvida proporciona o desenvolvimento de nossas potencialidades e dimensões.

Como enfatiza Edgar Morin (1996), somos seres aprendentes, temos a capacidade de computar. Ensinar e aprender são características presentes em nossas vidas, que nos qualificam a superar os problemas que surgem e que criamos.

Assim, o uso do lúdico na Educação Física é uma necessidade recorrente de quem busca o aperfeiçoamento de sua prática. Os alunos esperam o melhor, e merecem ser tratados com dignidade, tanto os com necessidades educativas especiais quanto aqueles que não apresentam nenhuma limitação física.

Desse modo, entende-se que o jogo é uma categoria capaz de integrar as inúmeras dimensões do ser humano num todo, aspectos como timidez, dificuldade de relacionamento, dificuldades físicas e motoras parecem desaparecer quando se brinca, joga e se relaciona com a ludicidade de forma divertida, alegre, prazerosa.

Para um Coletivo de Autores (2003) as crianças precisam de tempo, espaço, companhia e material para brincar. Quanto mais as crianças vejam, ouçam ou experimentem quanto mais elementos reais disponham em suas experiências, tanto mais considerável e produtiva será a atividade de sua imaginação. A escola pode e deve reunir todos esses fatores e o papel do professor nesse processo é fundamental.

Mesmo assim, alguns professores possuem ainda dificuldades com relação ao atendimento e o envolvimento das crianças especiais nas aulas. Visto que existem muitas barreiras estruturais e físicas que limitam a aprendizagem dos alunos.

O aluno precisa encontrar o outro aluno nas relações diárias. É neste encontro que possibilitará a socialização e a humanização das relações. Para isto acontecer e para que o aluno possa viver seus problemas e as conquistas destes atos, é imprescindível que o comportamento do professor seja um observador/interventor [...]. O observador chama atenção, provoca a intervenção e continua observação [...]. O comportamento é o combustível que move as relações diárias de um professor que quer construir coletivamente na multiplicidade dos seres com as diferenças de cada um (ALMEIDA, 2010, p.21).

Portanto, não podemos esperar que tudo na escola esteja a contento para que só depois

se comece a inclusão nas aulas práticas. Os alunos são uma realidade na escola, e isso não se pode mudar. Porém, se pode transformar essa realidade numa prática construtiva de acesso ao conhecimento o que não é um favor que estamos fazendo ao aluno, mas, um direito que eles têm enquanto ser humano que deve ser respeitado na sua essência.

Mantoan (2003, p.89) assegura que isso é possível á medida que há:

[...] o reconhecimento e a valorização das diferenças, como elemento enriquecedor do processo de ensino-aprendizagem; professores conscientes do modo como atuam, para promover a aprendizagem; de todos os alunos; cooperação entre os implicados no processo educativo, dentro e fora da escola; valorização do processo sobre o produto da aprendizagem; e enfoques curriculares, metodológicos e estratégias pedagógicas que possibilitam a construção coletiva do conhecimento.

Assim, é preciso promover na escola o acesso e a garantia da permanência do aluno “especial”, com apoio técnico-pedagógico, valorização do aluno, compromisso de todos os atores que estão no contexto escolar, sem distinção desta ou daquela especialidade.

Mas, o processo de inclusão é necessário, para que a criança com necessidade especial se desenvolva melhor e cabe ao professor tomar posição frente a essa situação, visto que exige todo um trabalho bem elaborado para que os alunos não se sintam inferiores ou se sintam constrangidos em relação aos demais. O aluno deve se sentir participante da turma e não um problema que o professor tende a deixar de lado.

Os professores acreditam que estão preparados para receber esses alunos, mas colocam a culpa do não fazer na questão material, da estrutura física da escola. O problema, porém não está só nisso, pois para que a inclusão aconteça nas aulas práticas de Educação Física na quadra é necessária uma série de conhecimento que a escola como um todo ainda não tem. Falta um olhar diferenciado para as habilidades e não só para as deficiências. Isso quer dizer que o professor precisa estar atento a todas as formas de ensinar, sendo um mediador consciente do seu papel na sociedade.

No entanto, mesmo com todas as dificuldades que estão presentes no ambiente escolar, os alunos participam assiduamente das aulas de Educação Física, o que prova que para eles as limitações estão sempre presentes, mas são superadas com muita coragem, motivação, e valorização do trabalho do professor.

Por isso, questionamos os professores pesquisados a respeito da participação dos alunos durante as atividades que exigem que ele vá para quadra da escola. E os mesmos afirmaram que essas atividades acontecem por meio de atividades diversificadas que envolvem a questão da

ludicidade, esporte e lazer em todos os sentidos.

Os alunos participam com muito entusiasmo das atividades realizadas nas aulas praticas de Educação Física como: gincanas, atividades culturais, lazer, jogos, dentre outros. As atividades lúdicas fazem parte da prática pedagógica dos professores pesquisados e ajudam no desenvolvimento físico e cognitivo, assegurando que todos tenham a mesma oportunidade de crescimento no contexto escolar. Essas atividades são potencializadora do conhecimento e contribuem para diminuição das desigualdades, facilitando a participação do aluno no processo de ensino.

Inovar não tem necessariamente o sentido do inusitado. As grandes inovações são, muitas vezes, a concretização do óbvio, do simples, do que é possível fazer, mas que precisa ser desvelado, para que possa ser compreendido por todos e aceito sem muitas resistências, senão aquelas que dão brilho e vigor ao debate das novidades (MANTOAN, 2003, p. 56).

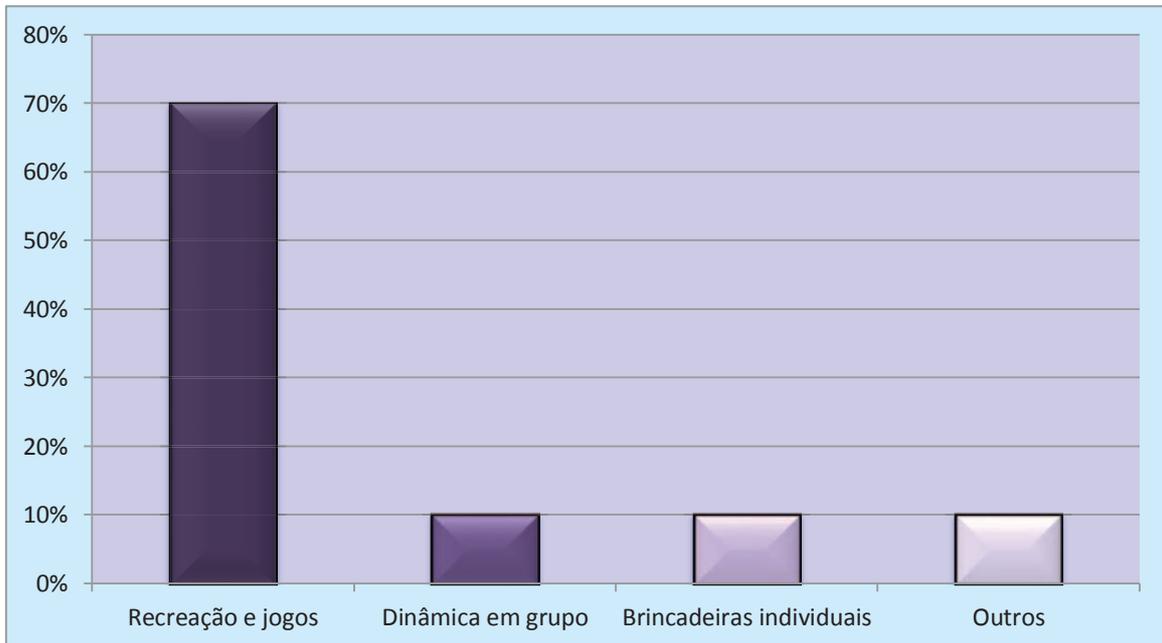
Além disso, os demais alunos da turma sempre ajudam nas tarefas fazendo com que o ensino ganhe um enfoque da participação coletiva, que é fundamental para que a prática pedagógica exerça o seu papel de formadora de pessoas humanas e atuantes na sociedade. Veja o que dizem os professores quanto a isso:

Professor A: “os alunos sem exceção gostam de participar de todas as atividades, pois se sentem inseridos no processo, ficam alegres”.

Professor B: “é um tanto difícil, mas os outros alunos ajudam, incentivando, e colaborando nas atividades”.

Assim, percebe-se que é possível fazer a inclusão acontecer de fato nas escolas, uma vez que a sociedade esta sensibilizada para ajudar nesse propósito. Muitos alunos unem-se aos demais num bem comum que leve a educação aos princípios de igualdade que são estabelecidos em lei. Por isso, fica claro que a base inclusiva é o principio democrático da educação para todos, e que só pode acontecer com o envolvimento de todos da escola. Mas para tanto é necessário que o educador busque ampliar os horizontes por meio de ações concretas que dinamizem as suas aulas e as praticas lúdicas podem ajudá-los neste propósito.

Desse modo, questionamos os professores de Educação Física a respeito das atividades que são trabalhadas para melhorar o envolvimento dos alunos nas suas aulas, e os professores se posicionaram assim:

GRÁFICO 3

Fonte 2: Pesquisa de campo 2014/Sousa-PB

As respostas acima sem dúvida evidenciam os benefícios do lúdico e mostra a importância do papel do professor na formação do aluno que é fundamental uma vez que ele procura colocar a disposição de sua prática todos os elementos construtores da ação pedagógica. É por isso que os alunos veem no professor um referencial de encorajamento de suas habilidades, ele incentiva, media e ajuda o aluno na conquista de seus objetivos.

Em função dessa e de outras constatações acredita-se que a inclusão escolar é um processo difícil a ser enfrentada pelos professores nas aulas práticas de Educação Física, pois o mesmo necessita de tempo para ser efetivado.

No entanto, é possível repensar os paradigmas que impedem esse avanço nas escolas regulares até hoje, pois há muito tem se falado sobre a inclusão, mas, é preciso agir, repensar sobre a proposta pedagógica da escola, seu projeto político pedagógico, as práticas educacionais, as formas de avaliação, as adaptações tanto físicas quanto pedagógicas, as metodologias com uso da ludicidade em todas as aulas práticas, em fim, é uma mudança que envolve toda escola desde a equipe gestora, professores e funcionários. É notório que o professor de Educação Física consegue perceber a importância da inclusão na sua prática pedagógica a qual deve estabelecer uma interdisciplinaridade entre os diversos conhecimentos estabelecidos no currículo escolar. Para tanto, é urgente que a proposta curricular da escola esteja vinculada aos saberes e

necessidades fundamentais do aluno, dentro de uma perspectiva inovadora de ensino.

Assim, para Silva (2009, apud, PAULA, 2011, p. 42), a inclusão escolar de crianças com necessidades especiais é uma dificuldade que a ser enfrentada pela equipe de docentes das escolas regulares visto que o processo de inclusão necessita de tempo para ser implementado e executado, de um projeto que envolva toda comunidade escolar e local, permitindo a esses alunos com necessidades especiais, o acesso a TODA prática educativa realizada, buscando garantir sua permanência na instituição de ensino.

Entendemos que de nada adianta o acesso a todos se a escola não conseguir promover uma educação de qualidade, que respeite as diferenças e garanta aos alunos o prosseguimento de seus estudos até o nível que cada um conseguir atingir. Ao contrário do que muitos pensam não há inclusão quando isso está condicionado apenas á matricula do aluno ou o acesso ao ensino especial.

Inovar não tem necessariamente o sentido do inusitado. As grandes inovações são, muitas vezes, a concretização do óbvio, do simples, do que é possível fazer, mas que precisa ser desvelado, para que possa ser compreendido por todos e aceito sem muitas resistências, senão aquelas que dão brilho e vigor ao debate das novidades (MANTOAN, 2003, p. 56).

Os alunos ainda apresentam alguns preconceitos referentes aos colegas com necessidades especiais, mas a escola se sensibiliza com esses alunos, e procura por meio de todas as ações da escola garantir a inclusão. Todas essas ações são imprescindíveis para diminuir as discriminações que ainda persistem em fazer parte do contexto escolar e dificultam consideravelmente a participação dos alunos nas aulas praticas de Educação Física.

Os professores querem fazer suas aulas mais agradáveis, usam metodologias diferenciadas, jogos, brincadeiras, lazer. Porém ainda esbarram também nas formas preconceituosas de tratamento entre os alunos normais e os deficientes. Para amenizar essas e outras dificuldades que se apresentam no âmbito escolar, necessita investir na formação do professor, e também proporcionar a comunidade ações que viabilizem o resgate da cidadania. Isto é fio condutor de um novo fazer na escola e que segundo os professores pesquisados são realizadas por meio dos projetos que envolvem a participação efetiva de todos.

O diálogo, as palestras, ações sociais, reuniões com os pais e outras tentativas são validas à medida que tenta melhorar a prática pedagógica da escola, buscando o desenvolvimento pleno dos alunos em todos os aspectos: afetivos, cognitivos, sociais, psicológicos. Os projetos

Federais (MAIS EDUCAÇÃO, Escola aberta) são fundamentais numa escola que busca fundamentar sua prática de maneira inclusiva.

Segundo Mantoan (1998, apud FERREIRA, 2003, p.118):

O aprimoramento da qualidade do ensino regular e a adoção de princípios educacionais válidos para todos os alunos resultarão naturalmente da inclusão escolar dos portadores de deficiência. Em consequência, a educação especial adquirirá uma nova significação. Tornar-se-á uma modalidade de ensino destinada não apenas um grupo exclusivo de alunos - o dos portadores de deficiência -, mas uma modalidade de ensino especializada no aluno e dedicada à pesquisa e ao desenvolvimento de novas maneiras de ensinar, adequadas à heterogeneidade dos aprendizes e compatíveis com os ideais democráticos.

Quanto a isso, o importante é saber que o professor de Educação Física não trabalha sozinho. Ele necessita de apoio pedagógico. A orientação oferecida aos professores é fundamental para a busca de soluções para os problemas que virem a surgir em sala de aula. Hoje vemos que os professores até tem boa vontade em trabalhar as aulas práticas também com os alunos especiais, mas são impossibilitados e desmotivados em virtude de inúmeras situações recorrentes no âmbito escolar. Dentre elas podemos citar: a falta de apoio, o desconhecimento sobre as deficiências, a falta de materiais e de espaço físico adequado, falta de apoio da família cujas situações estão presentes na lista das dificuldades apontadas pelos professores pesquisados.

Assim, segundo os professores pesquisados, o processo de inclusão escolar de crianças com necessidades educacionais especiais requer um novo olhar frente aos obstáculos a serem enfrentados. Porém, se a comunidade escolar e local, ou seja, família, escola, professores, corpo técnico e Estado se engajarem nesse processo e estiverem buscando as mudanças estruturais, pedagógicas e funcionais tornar-se-á mais fácil efetivar a inclusão, caso contrário, tudo continuará sendo uma utopia que para muitos nunca irá se concretizar.

Esse é um grande desafio que se impõe aos Municípios brasileiros, aos gestores, aos serviços de educação especial, aos educadores na classe comum, a toda comunidade escolar, às universidades, às famílias e organizações não governamentais, para que juntos possam elaborar um projeto pedagógico que realmente atenda às necessidades educacionais especiais desses alunos, construindo, assim, uma escola e uma comunidade mais inclusiva. (GODÓ I, 2006, p. 07).

De acordo com Nóvoa a interiorização dos saberes experienciais é imprescindível no trabalho do professor uma vez que estes constituem o alicerce para enfrentar as crises e instabilidades da sala de aula no cotidiano da prática pedagógica, e isto só será possível a partir da reflexão. Os “professores reflexivos” conforme nomeia o autor, devem rever a sua prática na

tentativa de resolver os problemas nela encontrados tendo em vista que “o trabalho docente é uma práxis em que a unidade teoria e prática se caracterizam pela ação-reflexão-ação” (AZZI, 1999, apud PEREIRA E MARTINS, 2002, p. 124).

A partir dessa afirmativa, questionamos os professores de Educação Física sobre as ações ou projetos que ajudam na formação integral dos alunos e os mesmos garantiram que essas ações são imprescindíveis para diminuir as discriminações que ainda persistem em fazer parte do contexto escolar e dificultam consideravelmente à participação dos alunos nas aulas praticas de Educação Física. Os professores querem fazer suas aulas mais agradáveis, usam metodologias diferenciadas, jogos, brincadeiras, lazer. Porém ainda esbarram também nas formas preconceituosas de tratamento entre os alunos normais e os deficientes.

[...] os saberes experienciais surgem como núcleo vital do saber docente, núcleo a partir do qual os professores tentam transformar suas relações de exterioridade com os saberes em relações de interioridade com sua própria prática. Neste sentido, os saberes experienciais não são saberes como os demais; são, ao contrário, formados de todos os demais, mas retraduzidos, “polidos” e submetidos às certezas construídas na prática e na experiência. (TARDIF, 2002, p. 54).

Toda essa busca tem um único objetivo que é assegurar que todos possam aprender do seu jeito, no seu tempo. Os alunos aprendem desde cedo a conviver com o outro, contribuindo de forma harmoniosa com a aprendizagem. Os professores entrevistados devem aproveitar esse imperativo para possibilitar a interação entre todos. O conhecimento e as adaptações curriculares de acordo com a metodologia adotada pela escola devem utilizar vários recursos que facilitam a assimilação dos conteúdos por parte dos alunos com necessidades educativas especiais.

2.3 O papel do Professor Inclusivo: motivação x realidade

A escola tem como função potencializar o desenvolvimento de todas as capacidades, a criança com necessidades educativas especiais tende a se omitir, se afastar do convívio dos colegas, nesse enfoque o professor de Educação Física pode interferir de modo a buscar soluções imediatas para que o aluno não se evada da sala de aula. A conversa com a família ajuda muito na integração dos alunos nas atividades da escola, é por meio desse contato que a escola pode oferecer um ensino que atenda a essa especificidade que sempre irão aparecer no contexto escolar.

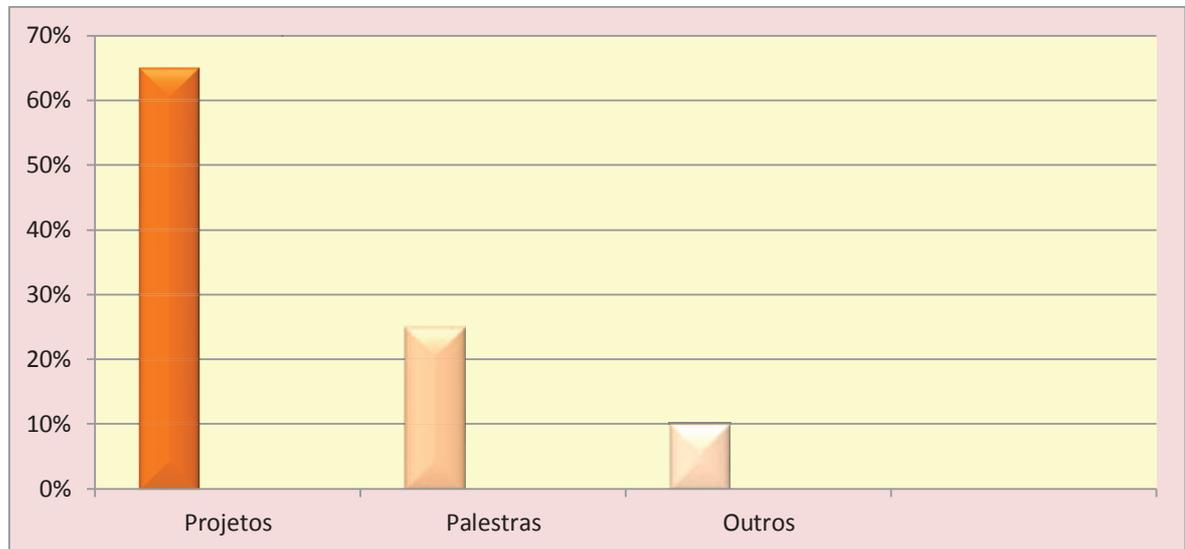
Assim, a formação, o interesse do professor, a busca constante pela aprendizagem é de fato uma necessidade latente de uma escola inclusiva. Então acreditar no potencial e nas possibilidades do aluno é sem dúvida o primeiro passo para se garantir a integração. Cabendo principalmente a ele e aos demais membros da escola descobrir e incentivar a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva de fato e de direito, com o olhar voltado sempre às diferenças, pois sem margem de dúvidas elas é que melhoram o educador enquanto ser humano.

Conforme os resultados apontados na pesquisa, fica claro que os professores já possuem um nível de excelência na sua formação profissional, isso é um ponto muito positivo para melhorar a qualidade de ensino da escola. A educação exige de nós que sejamos eternos pesquisadores e que busquemos sempre a qualidade do ensino em todos os sentidos. Principalmente com relação a inclusão das crianças com deficiência, pois eles precisam de um olhar diferenciado para ver o outro como igual, respeitando os seus interesses e trabalhando as especificidades de cada um.

Afinal, o espaço pedagógico é um texto para ser constantemente lido, interpretado, e reescrito. Neste sentido, quanto mais solidariedade exista entre o educador e o educando no trato deste espaço, tanto mais possibilidades de aprendizagem democrática se abrem na escola (FREIRE, 2002, p.109).

Assim, a formação do professor é vista como uma forma de melhoria da prática pedagógica na escola. Um profissional bem qualificado terá grandes chances de desenvolver um trabalho adequado às necessidades dos alunos especiais. Conforme a indicação dos dados coletados, todos os professores pesquisados possuem formação de nível superior e 100% já concluíram cursos de pós-graduação, 70% dos cursos de pós-graduação citados estabelecem relação direta com o campo educacional e com a escola, como por exemplo: Educação Física Escolar, Metodologia do Ensino superior, Treinamento desportivo, Inclusão e Diversidade, e Atividade Física, Saúde e Educação. Todos os profissionais participantes da pesquisa já trabalham na escola há mais de 15 anos, conhecem bem a realidade da mesma e também já possuem experiência.

Quanto aos aspectos relacionados à proposta curricular da escola voltada para o atendimento dos alunos com necessidades educativas, os professores assinalam que a escola se preocupa com esse aspecto e trabalha esses assuntos dentro dos projetos voltados para essa área.

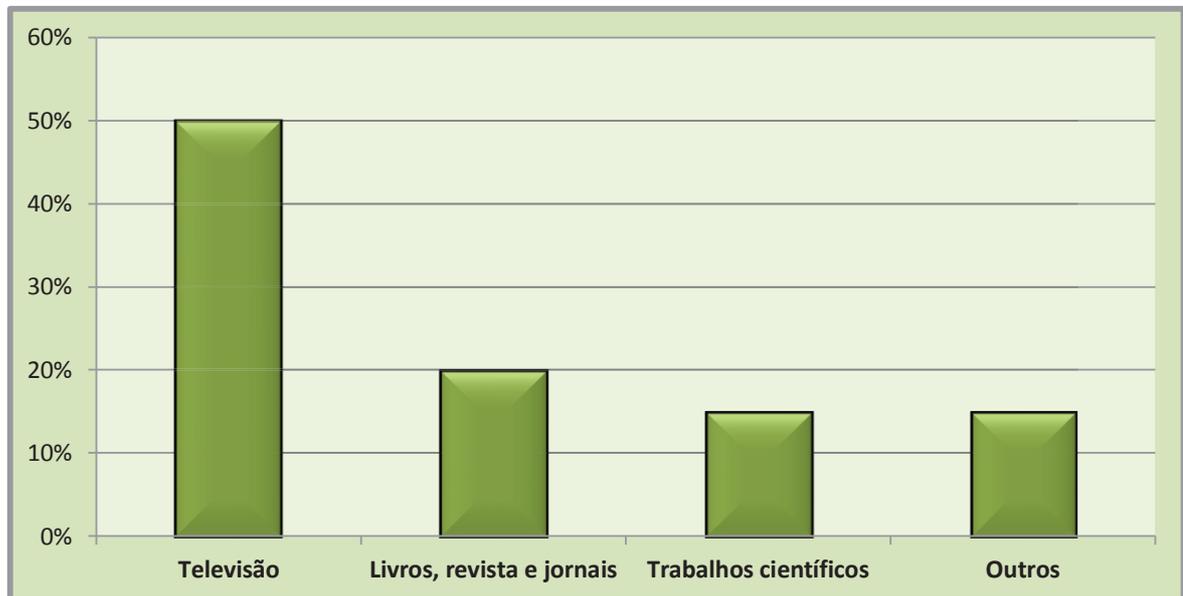
GRÁFICO 4

Fonte 3: *Pesquisa de campo 2014/Sousa-PB*

Os professores da escola pesquisada apontam para a importância dos projetos na escola, e da preocupação que tem com os alunos especiais, pois eles fazem parte do seu dia a dia na sala de aula. Isto quer dizer que mesmo com toda a diversidade existente no âmbito escolar ‘todos’ os educadores estão dispostos a ajudar na inclusão dos alunos.

Os mesmos afirmam que a participação dos alunos PNEEs é indispensável para promover a inclusão no ensino regular. Eles sabem da necessidade de envolver todos os atores da escola: professores, diretores, comunidade escolar e família numa perspectiva de buscar soluções para as desigualdades que ainda estão no processo de ensino aprendizagem.

Já o gráfico abaixo mostra que mais de 50% dos professores pesquisados buscam informações nos mais diferentes recursos que existem na escola e fora dela. Eles afirmam que utilizam da TV, livros, revistas especializadas, jornais, meios eletrônicos (sites, blogs, artigos), tudo que puder melhorar o seu fazer voltado para inclusão é fundamental para ajudar no seu entendimento sobre a inclusão na escola.

GRÁFICO 5

Fonte 4: Pesquisa de campo 2014/Sousa-PB

Alguns profissionais da escola buscam informações nos mais diferenciados meios de comunicação, pois, o educador é um eterno pesquisador sempre preocupado com a sua formação inicial. Segundo Freire (1996), somos todos eternos aprendizes, estamos sempre buscando novas formas de ensinar, novas estratégias que possam garantir a qualidade do ensino em todos os sentidos.

Souza (1996) afirma que as dificuldades de aprendizagem aparecem quando a prática pedagógica diverge das necessidades dos alunos. Neste aspecto, sendo a aprendizagem significativa para o aluno, este, se tornará menos rígido, mais flexível, menos bloqueado, isto é, perceberá mais seus sentimentos, interesses, limitações e necessidades.

Toda essa busca tem um único objetivo que é assegurar que todos possam aprender do seu jeito, no seu tempo. Os alunos aprendem desde cedo a conviver com o outro, contribuindo de forma harmoniosa com a aprendizagem. Os professores entrevistados devem aproveitar esse imperativo para possibilitar a interação entre todos. O conhecimento e as adaptações curriculares de acordo com a metodologia adotada pela escola devem utilizar vários recursos que facilitam a assimilação dos conteúdos por parte dos alunos com necessidades educativas especiais.

3 CONCLUSÃO

Considerando a importância do processo inclusivo na escola, compreendemos por meio deste trabalho que os alunos PNEES ainda estão a margem de algumas práticas do professor de Educação Física, que é proposto como a educação para todos, mas que na realidade isso é notório apenas no oferecimento do acesso, da matrícula dos alunos que de uma forma ou de outra apresentam qualquer tipo de limitação seja ela: física, motora, psicológicas, afetivas ou sociais. Assim, a escola precisa integrar, ou seja, aceitar o indivíduo com as mais variadas dificuldades, valorizando o que elas têm de melhor, criando estratégias e utilizando-se de materiais pedagógicos que possam contribuir para suas descobertas enquanto ser humano em constante aprendizado. E neste sentido o professor de Educação Física, tem a função importantíssima no processo ensino-aprendizagem que inclua os alunos nas suas aulas práticas, visto que é um especialista em educação, portanto, deve ler, estudar, escrever, articular teoria e prática fazendo e refazendo sua práxis pedagógica.

Como ficou evidenciada na fala dos professores, a escola hoje ainda não está adequada para a prática da Educação Física voltada para os alunos especiais. A estrutura é precária, os materiais inadequados, o ambiente escolar não é atrativo, porém existe um fator muito importante na escola que é o compromisso do educador, a vontade de fazer, e o empenho dos alunos ditos “normais” em ajudar os colegas deficientes, é de fato um grande atrativo para que se possa pensar uma escola inclusiva de fato e de direito.

Fica evidente que apesar de algumas melhorias no aspecto inclusivo por parte do professor ainda não se consegue incluir a turma toda, e sempre coloca-se a culpa na estrutura física da escola, ao material de má qualidade e a outros fatores externos.

Porém não devemos esperar que tudo esteja a contento para se fazer uma escola inclusiva, democrática e criativa. Os alunos especiais são uma realidade no fazer pedagógico da escola e por isso o melhor é arregaçar as “mangas” e começar a aprender fazer, fazendo.

A educação física adaptada pode ajudar a escola num fazer pedagógico aprofundado na deficiência dos alunos especiais, sejam eles surdos, cegos, altistas ou cadeirantes. Essa nova proposta de ensino requer investimento por parte do poder público, mas a escola mesmo não contando com esse aparato novo pode partir para ações que envolvam a comunidade numa proposta de ampliação dos materiais, projetos onde os alunos sejam preparados para o mercado de trabalho e até campanhas que melhore o conhecimento dos funcionários na inclusão dos

alunos com deficiência.

O papel da ludicidade é fundamental nesse processo, pois leva a criança para o mundo dos sonhos, do faz de conta que quando bem trabalhado na escola transmite conhecimento pedagógico. Promover a integração dos alunos através de novas metodologias é papel preponderante para o professor de educação física, pois a inclusão ainda é um desafio para a maioria das escolas.

Diante do exposto, reconhecer o valor da pessoa humana é necessário em todas as fases do desenvolvimento, não é um favor que se presta em atender bem a todos.

Assim, verificamos que trabalhar com os alunos que apresentam limitações não é tarefa fácil, exige muito compromisso e dedicação, que na verdade são questões que estão diretamente ligados ao fazer diário de todo educador que sempre se depara em sua sala de aula com todos os tipos de dificuldades e sabe como ninguém que educar é construir cidadania, mas que esse direito deve ser construído coletivamente junto a todos os atores da escola.

O que se observou durante a pesquisa é que há muito que se fazer enquanto professor de Educação Física na escola hoje, mas, sobretudo deve fazer-se mestre, despertando a vontade de ensinar e aprender, sendo que o mesmo junto aos demais educadores do ensino regular devem sempre articular e manter o diálogo sobre as dificuldades dos alunos com necessidades especiais para que venha garantir em suas aulas que as crianças sejam atendidas de forma mais humana e igualitária e não fiquem a margem do processo educativo ou fazendo qualquer outro tipo de tarefa diferenciada na quadra como se não existissem.

Devemos reconhecer que aprenderemos e cresceremos muito nessa parceria com os nossos pares, no dia a dia na convivência no ambiente escolar que é repleto de momentos de descobertas e vitórias sobre qualquer problema que se possa apresentar. A boa convivência é fundamental nas relações humanas.

4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Geraldo Façanha de. **Teoria e Prática em Psicomotricidade: Jogos, atividades lúdicas, expressão corporal e brincadeiras infantis**. 6. ed, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação antirracista: caminhos abertos pela lei Federal nº 10.639/03**. Brasília: SECAD, 2005.

BRASIL. Decreto-Lei nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999. Brasília, DF, 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm. Último acesso em 17 de agosto de 2012.

BROUGERE, Gilles. **A criança e a cultura Lúdica: o brincar e suas teorias**. São Paulo: Pioneira, 2002, p- 19 a 32. COELHO, M. T. e ASSUNÇÃO, J. E. **Problemas de Aprendizagem**. São Paulo: Ática, 1997.

FERREIRA, Maria Elisa Caputo. **Educação Inclusiva**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GIMENEZ, Prof.º. Drº Roberto. **A inclusão de indivíduos de portadores de Necessidades especiais nas aulas regulares de Educação Física, repensando sobre a prática**. [http://www.efdeporte.com/Revista Digital-Buenos Aires- ano 11 – nº98- julho de 2006](http://www.efdeporte.com/Revista%20Digital-Buenos%20Aires-%20ano%2011-%20nº98-julho%20de%202006).

GODÓI, Ana Maria. **Educação Infantil: Saberes e Prática da inclusão: dificuldades acentuadas na aprendizagem: deficiência múltipla**. MEC, 4 ed, 2006.

HAIDT, Regina Célia Cazaux. **Curso de Didática Geral**. São Paulo: Ática, 2003.

HONORA, Márcia. **Dificuldades na escrita**. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Maria de Andrade. **Técnicas de Pesquisa**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão Escolar. O que? Por quê? Como Fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MORIN, Edgar. **O método III: o conhecimento do conhecimento**. Portugal: Publicações Europa-América, 1996.

SALTO PARA O FUTURO. **Jogos e brincadeiras: Desafios e Descobertas**. TV escola- Abril- 2003.

TARDIF, Maurice. O saber dos professores em seu trabalho. In: **Sabres docentes e formação profissional**. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes 2002.

VYGOTSKY, I. S. **Formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Pontes, 4 ed, 1991